

REGULARIZAÇÃO

A dignidade de todos

CARMO LUIZ GREGÓRIO DA SILVA

Para ser digna, Campinas precisa concretizar a dignidade de seus mais de 1,2 milhão de habitantes. É a dignidade de cada um dos "uns" que concretiza a dignidade da cidade. Se uma parte dos munícipes vive em condições indignas, como membros, o corpo todo - a cidade - está doente.

A dignidade do povo eleva a autoestima da cidade, torna a convivência entre as pes-

soas, mais humana, mais segura, melhora o IDH e incrementa a economia.

A regularização do Parque Oziel é emblemática. Representa um avanço social e econômico numa cidade que convive, desde a década de 40, com um processo de periferização e marginalização da população de baixa renda, este solenemente ignorado pelo Poder Público. O aumento de ocupações irregulares, clandestinas, e invasões de áreas públicas ou privadas sempre foi uma questão que os administradores do município preferiam esconder sob o tapete ou

dar soluções paliativas que só agravaram a situação dos próprios moradores dessas áreas. Incentivar invasões foi demagogicamente usado no jogo político para manter a dependência do eleitor ao administrador, mais interessado em manter — pelo temor da perda da moradia — um curral eleitoral.

Agora a Prefeitura está tratando o assunto com seriedade e já anunciou a meta de entregar 20 mil títulos de propriedade até 2020, ou seja, cinco vezes mais do que já foi feito em quase 70 anos. Esse número pode chegar a 38 mil pro-

priedades regularizadas no período, se buscarmos recursos do Ministério das Cidades por meio de emendas parlamentares federais, como propus na presidência da Comissão de Regularização Fundiária na Câmara de Campinas.

Queremos emendas ao orçamento da União para projetos de urbanização e regularização fundiária em Campinas. Os recursos estão à disposição dos municípios que tiverem projetos e precisamos das Emendas ao Orçamento para isso.

A população de baixa renda vem sendo segregada, desde o processo de industrialização da cidade que começou no século passado. Nas décadas de 70 a 90 foi o período de grandes ocupações urbanas, com o surgimento do Oziel e do Cam-polo Belo, simultaneamente, em

1997. É necessário, agora, tratar do Entorno de Viracopos.

Precisamos curar essa ferida social. Campinas tem 320 núcleos habitacionais irregulares, 242 ocupados por famílias de baixa renda, ou mais de trinta por cento da população. Um levantamento da **Unicamp** revela que cerca de sessenta por cento dos imóveis de Campinas possuem algum tipo de irregularidade, proporção maior do que no Rio de Janeiro.

A Reurb não atende apenas aos interesses do pobre. Ela é de vital importância na consolidação da economia do município. Isto contribui para o aumento do patrimônio imobiliário do País e representa a inserção de capital na economia, à medida que agrega valor aos imóveis regularizados, os quais, inclusive, passam a pa-

gar impostos. Regularizando-se, inserem-se os bairros no radar dos investimentos públicos federais. São recursos para habitação popular, saneamento, mobilidade urbana. Serve, ainda, como fator indutor para o alcance das metas estabelecidas de desenvolvimento urbano. Dignidade é a base para o desenvolvimento econômico e social de um País. Sem regularização a moradia não tem segurança, além de situar fora da economia, sendo negados direitos básicos aos cidadãos. Viabilizar a regularização, assegura a função social da cidade, a segurança de moradia, a dignidade humana, mas, sobretudo dinamiza a economia.

■ ■ ■ Carmo Luiz Gregório da Silva (PSC) é vereador e presidente da Comissão Especial de Estudos da Regularização Fundiária da Câmara de Campinas